

DO CONCEITO DE TRADUÇÃO

Ignacio Antonio Neis

1. Introdução

Apesar de a tradução ter sido praticada durante séculos, sempre o foi como um exercício literário próprio de escritores-tradutores que codificavam, segundo princípios da retórica e da estilística, a experiência que possuíam neste terreno. Como dominasse o empirismo, a tradução não era considerada um objeto digno de estudos por parte da maioria dos gramáticos, filósofos e lingüistas. Até há bem pouco, com efeito, a lingüística ignorava, em seus manuais e livros teóricos, qualquer interesse por essa operação *sui generis*.

Foi a partir da década de 1950, graças, em grande parte, à necessidade crescente de textos traduzidos e às tentativas de estabelecer os princípios da tradução automática, que se realizou, no plano teórico, a conjunção da lingüística e da tradução. Enquanto a lingüística americana, estruturalista, passou a estudar os obstáculos da tradução, devidos às diferenças culturais refletidas nas diversidades dos sistemas lingüísticos, a linha russa apresentava organicamente princípios e técnicas relativas aos diferentes tipos de traduções (literária, poética, teatral, técnica, etc.); e no Canadá foi criado o primeiro método de tradução, **A estilística comparada do francês e do inglês***, de Vinay & Darbelnet.

Em decorrência desse interesse sem precedentes, assistiu-se, nas três últimas décadas, a uma tal multiplicação de pesquisas e trabalhos teóricos sobre os problemas da tradução que esta se encontra, atualmente, em meio a uma atividade publicitária abundante e difícil de dominar. Trata-se, entretanto, de produções esparsas e especializadas; como discurso

* Os títulos e as passagens de obras estrangeiras citadas foram traduzidos pelo autor deste artigo.

científico, muitas produções são fragmentárias, datadas, provisórias.

Hoje, a tradução pode ser considerada como uma parte da ciência lingüística, mas verifica-se a possibilidade de ser empreendida uma verdadeira síntese teórica ou científica, que permita articular conhecimentos de modo sistemático e exaustivo, elaborar hipóteses e conceitos específicos e, assim, fundar uma ciência da tradução como ramo independente da lingüística. Não se pretende mais permanecer no campo empírico, de normas práticas, mas atingir cientificamente o processo da tradução. Afirmam Revzin & Rozencvajg (apud Theodor, 1976, p. 35):

"A teoria normativa da tradução tem uma origem empírica, baseada na análise comparativa de originais e traduções. Os recursos teóricos procedem da lexicologia, da gramática, da estilística, e — em outros casos — da teoria literária. É evidente que nesses procedimentos não pode ser alcançada a determinação teórica do processo da tradução. A ciência que pretende descrever a tradução como processo não é normativa, e sim teórica."

Para postular o estatuto de ciência, a tradução deve, antes de mais nada, definir seu objeto formal e sua metodologia próprios. Verificar qual seria o objeto formal da tradução-ciência é a finalidade do presente estudo. Para a conceituação desse objeto, o caminho mais pertinente parece ser o exame de conceitos emitidos por diferentes autores especialistas da tradução.

2. A tradução, arte ou ciência

O fato de a tradução ter sido, por tanto tempo, praticada empiricamente, com base nos princípios da retórica e da estilística, permite compreender que predominasse a idéia de que tal atividade é, acima de tudo, uma arte, condicionada pelo talento e a criatividade do tradutor e por sua afinidade com o autor do original.

Uma tal concepção está claramente expressa em **A tradução no mundo moderno**, de Edmond Cary (1956, p. 18), para quem "traduzir é ser capaz de captar as infinitas ressonâncias de cada palavra, de cada movimento do pensamento, de cada batida do coração, e saber comunicá-los ao leitor, cujo universo, entretanto, se ordena segundo um ritmo antinômico (...) Trata-se de uma arte, irredutível a qualquer outra". Sendo arte, a tradução pressupõe uma afinidade entre tradutor e autor, a existência de uma relação íntima entre o mundo inte-

rior de ambos. Estes conceitos de Cary encerram termos vagos e pouco operacionais, tais como "infinitas ressonâncias", "movimento do pensamento", "batida do coração", "ritmo antinômico", e assim o processo escapa a qualquer descrição ou análise rigorosa.

A sempre citada tese de Georges Mounin, **Problemas teóricos da tradução**, deve muito a essa perspectiva tradicional. Segundo J.-R. Ladmiral, Mounin propõe menos uma teoria científica da tradução do que um discurso pedagógico sobre ela: o autor pouco diz da tradução em si, preocupado que está com a problemática metafísica de uma objeção preconceituosa, a da intraduzibilidade. Fazendo uma tese apologética sobre a traduzibilidade, Mounin mostra quanto deve àquele período em que o dogmatismo metodológico e positivista e a atitude anti-semântica rejeitavam a tradução para fora das fronteiras epistemológicas. A tradução era, então, uma arte e não uma ciência, e Mounin procurou mostrar que, na realidade, se trata de uma operação lingüística, mas com muito mais limitações do que possibilidades de sucesso (Ladmiral, 1972, p. 4).

Mais próximo de nós, em **A tradução vivida**, Paulo Rónai (1976, p. 2-15) oferece conceitos de tradução sobretudo através de uma coletânea de imagens e comparações extraídas de tradutores ou autores diversos. No conjunto, a conceituação permanece aproximativa, empírico-prática, com base predominante na experiência do autor. O que este exige de um tradutor não parece ser o conhecimento científico do processo da tradução, mas um bom domínio da língua materna, um domínio relativo da língua estrangeira, cultura geral, instinto lingüístico, bom senso e um sexto sentido (sic).

A grande maioria dos especialistas da tradução, hoje, considera esta atividade como um processo, complexo sim, mas digno de pesquisa sistemática, e procura, para tanto, estabelecer hipóteses, conceitos, métodos e técnicas precisos. Se a tradução adquiriu tamanha importância no mundo moderno, se não é um processo epistemologicamente impossível e se, por outro lado, não pode ser vista apenas como expressão artística, a primeira preocupação do estudioso será a de definir esse processo.

Preliminarmente, impõe-se distinguir três tipos de tradução: a tradução **intra**lingual, ou reformulação dos signos verbais por meio de outros signos verbais da mesma língua; a tradução **inter**lingual, ou interpretação dos signos verbais por meio de signos verbais de outra língua; a tradução **intersemió-**

tica, ou interpretação dos signos verbais por meio de signos não-verbais, ou vice-versa (Jakobson, 1977, p. 64-5; Rónai, 1976, p. 1-2).

É o conceito de tradução interlingual, ou tradução propriamente dita, que o presente artigo pretende investigar, com base na bibliografia mais relevante disponível.

3. A equivalência de sentido, base da tradução

Na bibliografia especializada, ressaltam dois conceitos que integram a maior parte das definições ou descrições do processo da tradução. Esses dois conceitos são o **sentido** e a **equivalência**.

Jakobson (1977, p. 65) insiste no aspecto da equivalência, ao escrever que "a tradução envolve duas mensagens equivalentes em dois códigos diferentes" e que "a equivalência na diferença é o problema principal da linguagem e a principal preocupação da Lingüística".

Segundo Jean Cohen (1974, p. 32), "a tradução realiza-se, se a mensagem II for semanticamente equivalente à mensagem I, isto é, se a informação transmitida for a mesma".

Na sua definição de tradução, Anthony Gervin Oettinger (apud Theodor, 1976, p. 14-5) afirma:

"Quando o original é provido de sentido específico, exigimos geralmente que a transferência o conserve, ou encontre, nas palavras mais chegadas, o sentido mais parecido possível. Assim, o problema central da tradução de línguas naturais consiste em manter o sentido."

Jean Fourquet (1972, p. 64) considera que "o tradutor faz exegese exaustiva para chegar ao sentido, e comunicar este sentido na língua-alvo".

Outras citações podem ser acrescentadas, confirmando a mesma concepção da tradução, baseada na equivalência de sentido. Para Jean-Marie Zemb (1972, p. 86), a medida da boa tradução é a equivalência, que não pode ser confundida com identidade ou igualdade. Trata-se de "equivalência semântica dos enunciados". J.-P. Vinay (1968, p. 737) enfatiza que a tradução exige pesquisa semântica visando a encontrar equivalentes, não do ponto de vista da forma, mas da mensagem. Na tradução, "é preciso exprimir o sentido, todo o sentido, e não palavras". Mais precisos ainda são Danica Seleskovitch e Ma-

riane Lederer, para quem o sentido é o cerne da atividade tradutora. Segundo Seleskovitch (1973a, p. 5), a tradução deve situar-se em relação ao sentido, considerado o próprio objeto a captar e a transpor. De acordo com Lederer, traduzir é "interpretar um texto para restituir seu sentido exato" (1976, p. 38); ou ainda, a tradução visa a "determinar a significação dos signos para encontrar seu equivalente numa outra língua"; mais adiante: "o objeto da tradução é o sentido" (1973, p. 7 e 10).

Nas definições citadas até aqui, parece que "significação" e "sentido" devem ser relacionados com o conteúdo semântico do texto, com a mensagem vista do ponto de vista de seu conteúdo informativo. Isso é confirmado pela conhecida definição de tradução dada por Eugene A. Nida & Charles R. Taber (1974, p. 12), onde, ao papel fundamental da equivalência semântica, se acrescenta a preocupação por uma equivalência no plano formal:

"Traduzir consiste em reproduzir na língua-alvo o equivalente natural mais próximo da mensagem da língua-fonte, primeiro quanto ao sentido e depois quanto à forma."

Erwin Theodor (1976, p. 21) preconiza o respeito ao mesmo princípio de prioridades. Para esse autor, traduzir é "transferir o conteúdo de um texto com meios próprios de outra língua. A equivalência informativa precisa ser assegurada e, tratando-se de texto literário, também a correspondência formal".

A tese de G. Mounin visa a refutar as teorias da impossibilidade da tradução, impossibilidade que tem como cerne os problemas da identificação do sentido de um texto e da equivalência de seu sentido na tradução. É significativo que Mounin encerre sua obra afirmando a possibilidade relativa da tradução, com apoio na definição de Nida & Taber que acaba de ser citada.

De maneiras diversas, com formulações mais ou menos densas, manifesta a maioria dos autores uma unanimidade fundamental em suas definições ou postulados: o que constitui a essência do processo da tradução é a decodificação do texto da língua-fonte, com vistas à identificação de seu sentido, e a recodificação do texto na língua-alvo, de modo a assegurar a equivalência daquele sentido. A equivalência a nível semântico não esgota a conceituação de tradução, mas ela é fundamental e pode-se afirmar que sem equivalência de sentido não há tradução.

4. A equivalência de sentido, a nível de sistemas lingüísticos

Segundo se considere a língua como sistema léxico-morfossintático ou como meio de comunicação de mensagens, pode-se enfatizar, no processo da tradução, o aspecto formal ou o aspecto informativo.

Diversos autores se concentram na análise da tradução como processo essencialmente lingüístico: focalizam os problemas nas diferenças de sistemas e buscam as soluções na possibilidade de equivalência a nível sobretudo formal, lexical, gramatical, isto é, a nível da expressão.

Este conceito chega a ser extremo em definições tais como a de A. G. Oettinger (apud Theodor, 1976, p. 14), que vê na tradução "um processo de transferência de sinais ou representações gráficas a um sistema de outros sinais e representações gráficas", e a de Jules Legras (apud Rónai, 1976, p. 4), para quem "traduzir consiste em conduzir determinado texto para o domínio de outra língua que não aquela em que está escrito". Em tais definições predomina a preocupação com os sinais gráficos e com o texto, sem nenhuma referência ao conceito de sentido e de equivalência semântica.

Bastaria consultar alguns dicionários para ver que a maioria deles também omite alusões explícitas à procura da equivalência de sentido na tradução, permanecendo no nível bastante impreciso da transferência textual. No **Novo Dicionário**, de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, lemos: "Traduzir: transpor, passar de uma língua para outra", definição que não indica sequer o objeto da transferência de uma para outra língua. O **Petit Larousse** é mais explícito, neste sentido, ao definir o verbo traduzir: "fazer passar um texto de uma língua para outra". Semelhantemente, o **Dictionnaire du Français Contemporain** afirma que "traduzir um texto, um discurso, etc., é fazê-los passar de uma língua para outra". Já o dicionário **Robert** está mais preocupado com o conteúdo do que se traduz, ao definir o ato de traduzir como "fazer com que aquilo que era enunciado numa língua o seja numa outra, tendendo à equivalência semântica e expressiva dos dois enunciados". Essa definição dá bem conta da importância da equivalência de sentido a ser mantida, mas dá conta, outrossim, da complexidade do processo: a equivalência semântica não envolve, para ser integral, a equivalência formal, estilística, expressiva?

Entre os autores que procuraram estudar a tradução sob

um ângulo essencialmente estrutural, situa-se G. Mounin, com os **Problemas teóricos da tradução**. Após conceituar a tradução como fenômeno típico, mas particular, de bilingüismo, e as línguas como sistemas impenetráveis entre si, o autor examina os obstáculos lingüísticos da tradução. Primeiramente, passa em revista as teorias sobre o significado, constatando que lingüistas notáveis, entre os quais Saussure, Bloomfield, Harris, Hjelmslev, criticaram a noção tradicional do sentido dos enunciados lingüísticos; depois, as teorias humboldtianas das visões do mundo e a diversidade das culturas entre os povos de línguas diferentes. Mounin examina longamente os problemas de equivalência semântica, a partir da noção de campo semântico: visto que a tradução parte do sentido e efetua todas as suas operações dentro do campo de sentido, a teoria da tradução está interessada em quaisquer estudos sobre esse campo, tais como os de Hjelmslev, Prieto, Gardin, na busca da determinação de unidades mínimas de sentido. Mounin estuda ainda a dificuldade que a tradução encontra nas conotações, dificuldade relativa à possibilidade ou aos limites da comunicação interpessoal, intersubjetiva. Por fim, aborda a sintaxe como o aspecto lingüístico que encerra, talvez, as objeções mais sérias contra a possibilidade de tradução. Nas suas conclusões, Mounin reconhece que os obstáculos à tradução são reais e numerosos, explicando-os todos a partir das teorias da lingüística moderna e, centralmente, da lingüística estrutural: as diferenças entre os sistemas culturais e lingüísticos condicionam de tal forma a possibilidade de se identificar o sentido dos enunciados em uma determinada língua e de se encontrar o equivalente deste sentido em outra língua, que a tradução será sempre "uma operação relativa em seu sucesso, variável nos níveis de comunicação que atinge"; e o mais que se pode afirmar é que ela "nunca é inexoravelmente impossível".

Martinet (1976, p. 354-6) também dá um enfoque estruturalista ao processo da tradução, notando três séries de problemas, todos no plano da equivalência lingüística: a não-equivalência lexical, a não-equivalência sintática e a não-equivalência estilística entre os sistemas. Face ao problema da não-equivalência lexical, sugere a análise das línguas, para serem identificados os obstáculos culturais que se manifestam nas diferentes estruturas dos léxicos. Face à não-equivalência sintática ou gramatical, aponta a necessidade de análise dos traços pertinentes das situações, que permite chegar à realidade não-lingüística expressa pelos enunciados. Face à não-equivalência estilística, sugere que se verifique "se é possível exprimir o mesmo conteúdo vivido expressivo, afetivo, intelectual e cultural — ou o seu equivalente mais aproximado —

por intermédio de que formas da língua para que se traduz". A preocupação com o aspecto formal/estrutural evidencia que é nesse nível que o tradutor pode encontrar a solução para o problema da equivalência de sentido.

Referência obrigatória em toda pesquisa sobre a tradução, a obra de J. C. Catford, **Uma teoria lingüística da tradução**, caracteriza-se por uma abordagem predominantemente formal da tradução, com ausência quase total de conceitos quanto ao conteúdo da informação. Na sua definição de tradução como "a substituição de material textual de uma língua (LF) por material textual equivalente em outra língua (LA)*" (Catford, 1970, p. 39), aparece claramente que o objeto da transposição considerado na tradução não é conteúdo, mas material textual. É em outra definição que o autor identifica melhor qual é esse material textual a transpor na tradição. A tradução total é, segundo Catford (p. 43), "a substituição da gramática e do léxico da LF pela gramática e léxico, equivalentes, da LA, com a substituição conseqüente da fonologia/grafologia da LF pela fonologia/grafologia, não equivalentes, da LA". A busca das equivalências se dá, portanto, a nível gramatical e lexical. O próprio autor fornece um critério para se julgar essa equivalência: trata-se da equivalência de sentido, cuja base de referência é a situação: "A equivalência de tradução ocorre quando um texto ou segmento de texto LF e outro texto ou segmento de texto LA podem relacionar-se com os mesmos aspectos da substância ou ao menos com alguns deles" (p. 87-8). Por substância, entende o autor, na tradução total, precisamente a situação, a realidade extralingüística. A equivalência de sentido entre dois textos significa, pois, a relação dos dois textos com os mesmos aspectos da realidade extralingüística, e tal equivalência deve ser conseguida, segundo Catford, a nível gramatical e lexical, dentro de uma visão estruturalista da língua-sistema.

Igualmente para J.-P. Vinay (1968, p. 731), a tradução é uma função essencialmente lingüística, cujo objetivo principal é, não compreender, mas fazer compreender. Para esse autor, a exegese do sentido não parece, pois, primordial. A pesquisa semântica sobre o léxico e sobre as formas gramaticais é apenas um meio externo, que não explica o próprio processo da tradução. Preocupado com a equivalência semântica na tradução, o autor nota que, na transmissão da mensagem, algo inevitavelmente se perde: é o fenômeno da entropia. Sempre

* LF e LA são abreviaturas, respectivamente, de língua-fonte e língua-alvo.

há entropia entre um texto original e sua tradução, interlingual e mesmo intralingual: toda mensagem traduzida chega mais pobre, mais informe do que o pretendido pelo autor do original. Para minimizar a entropia, recorre-se à situação extralingüística e ao valor sintagmático das palavras.

A estilística comparada do francês e do inglês, de J.-P. Vinay & J. Darbelnet, debruça-se sobre o estudo dos valores sintagmáticos das palavras, sobretudo em tradução. Vendo na passagem da língua-fonte à língua-alvo um caso particular ou uma aplicação prática de estilística comparada, os autores estabelecem seu conceito de tradução a partir do conceito de signo. Entendem que a interação entre o significante e o significado, da teoria saussuriana, é própria do campo da tradução; mas acrescentam que, na tradução, a interação não se opera somente entre significantes e significados, como também em plano sintagmático, de signo a signo, de modo que a totalidade dos signos de um enunciado é mais significativa do que a simples soma dos signos componentes desse enunciado. Insistem os autores na idéia de que o tradutor se ocupa, acima de tudo, do aspecto conceptual, da mensagem, e deve encontrar equivalentes do ponto de vista da mensagem, não da forma (Vinay & Darbelnet, 1972, p. 29). Ressaltam que seu método se distingue da análise estrutural, pois o tradutor se preocupa mais com semântica que com estrutura; por isso, seu ponto de partida é uma unidade definida em função do sentido (p. 37, nota 10). Essa unidade, não puramente formal, demonstra uma recusa da tradução de palavras: os autores a denominam **unidade de pensamento**, ou **unidade lexicológica**, ou **unidade de sentido**, ou **unidade de tradução**, e a definem como "o menor segmento do enunciado cuja coesão de signos é tal que eles não podem ser traduzidos separadamente" (p. 37). Como o tradutor deve encontrar equivalentes destas unidades na língua-alvo, os autores propõem procedimentos técnicos, os quais, por sua vez, demonstram sua preocupação pela comparação e busca de equivalência no plano dos sistemas lingüísticos. Dos sete procedimentos propostos, os autores consideram três como sendo de tradução direta ou literal: o empréstimo, o calque e a tradução literal propriamente dita; os demais quatro procedimentos técnicos — a transposição, a modulação, a equivalência e a adaptação — são sugeridos para os casos em que os primeiros forem inaceitáveis, isto é: se não produzirem sentido ou alterarem o sentido do original; se não encontrarem equivalente quanto à estrutura ou quanto ao estilo (p. 46-55). Nota-se, pois, que, apesar de se tratar de problemas essencialmente de natureza semântica, as análises e os procedimentos apresentados na **Estilística comparada do**

francês e do inglês caracterizam uma metodologia essencialmente estrutural, voltada que está para as dificuldades de ordem léxico-morfossintática decorrentes da impenetrabilidade que existe entre os diferentes sistemas lingüísticos.

5. A equivalência de sentido, a nível de mensagem

Mais recentemente, um certo número de autores, desconsiderando as razões apontadas quanto à dificuldade ou impossibilidade de tradução devida à diversidade dos sistemas lingüísticos, investiga a operação de tradução como ato de comunicação (em segunda mão) de pensamentos, de mensagens, de conteúdos informativos. O cerne do problema desloca-se da expressão para o pensamento que se exprime.

Jakobson afirma categoricamente que "toda experiência cognitiva pode ser traduzida e classificada em qualquer língua existente" (1977, p. 67) e que "a hipótese de dados cognitivos inefáveis ou intraduzíveis seria uma contradição nos termos" (p. 70). Defende esse autor a possibilidade de tradução da totalidade da informação conceitual contida no original. Note-se sua insistência no conceito de dados cognitivos, o que certamente denota reserva quanto à traduzibilidade a nível de estilo, pois, como afirma Jakobson, a poesia não é traduzível, porque não se trata de aspecto cognitivo (p. 72).

Interpretando outros autores que relacionam o ato da tradução com o pensamento, pode-se estabelecer o seguinte esquema descritivo do processo: o texto A, com a leitura, faz-se pensamento; e este pensamento, na tradução, volta a transformar-se num texto B. Veja-se como discorre Boulgakof (apud Seleskovitch, 1968, p. 13) sobre a tradução:

"Uma transposição de frases, passo a passo e forma a forma, uma tal tradução literal seria não somente monstruosa, e até impossível, mas ainda absolutamente imprecisa e incorreta, pois *si duo dicunt idem, non est idem*; esta expressão aplica-se exatamente ao caso da linguagem. É evidente que, no processo da tradução, o pensamento se despoja de uma palavra para revelar outra, ele se reencarna, ainda que em momento algum permaneça mudo. A ontogênese lexical e gramatical do pensamento se repete no espírito do tradutor, ontogênese durante a qual nascem novamente as equivalências de todos os meios lingüísticos que são dados no original. Esta unidade de conteúdo, esta independência do pensamento em relação à diversidade das formas, o **problema da tradução** (ela é possível? e como é ela possível?), apresentam um objeto de reflexão que os lingüistas deixaram passar despercebido."

A importância dada ao aspecto cognitivo é acentuada por D. Moskowitcz, cuja definição de tradução é centrada na men-

sagem, com ausência de referências explícitas a problemas formais e estilísticos:

"A tradução tem por objetivo fazer compreender a um destinatário ou a um grupo de destinatários de uma língua-alvo as idéias de um emissor da língua-fonte. Trata-se de tornar uma mensagem acessível a alguém que não possa apreendê-la diretamente. (...) A tradução tende a fornecer ao destinatário a mesma informação e a transmitir-lhe a mesma mensagem que as recebidas pelo destinatário-tradutor. O tradutor deve assegurar a equivalência funcional das duas mensagens (...), isto é, uma invariância da informação. Para assegurar esta invariância, o tradutor deve compreender a mensagem na língua-fonte, sem o que ele não poderá emitir uma mensagem equivalente e compreensível na língua-alvo" (Moskowitz, 1973, p. 72-4).

Deve-se considerar ainda que a mensagem contém uma informação explícita, cuja compreensão só é possível mediante uma informação implícita que o destinatário já possui (p. 73).

Tal conceituação não investiga análises contrastivas dos sistemas lingüísticos; ocupa-se da operação da tradução focalizada como um processo fundamentalmente duplo: a decodificação e a recodificação de uma mensagem, com objetivo essencialmente informativo.

M. Pergnier recusa a idéia da impossibilidade da tradução: impossibilidade de traduzir palavras não implica impossibilidade de traduzir mensagens. Indo mais longe, Pergnier contradiz o princípio de Vinay & Darbelnet, e afirma que a tradução-calque não é possível, pois não se trata de traduzir unidades. O essencial é o processo mental por que passa o tradutor: não se trata somente de substituir, mas de fazer uma exegese do sentido das mensagens. Para tanto, além do conhecimento lingüístico, requer-se o conhecimento da referência. Em si, não é pertinente distinguir tradução "literal" e "livre"; só é boa a tradução livre, isto é, aquela que "substitui a totalidade de um enunciado por outro enunciado que apresenta as mesmas características de adequação à totalidade da situação" (Pergnier, 1973, p. 28-34). O próprio sentido do texto não é a soma dos significados, mas representa uma síntese original, no cruzamento das referências estruturais e das referências situacionais; exige, portanto, conhecimento lingüístico e conhecimento da realidade extralingüística (p. 38).

São semelhantes os conceitos de M. Lederer. Antes de traduzir, é necessário determinar a significação pertinente dos signos, a fim de encontrar seu equivalente numa outra língua. Mas, para determinar o significado, é preciso compreender, eliminar a polissemia do enunciado e encontrar uma mensagem

(Lederer, 1973, p. 7). O sentido apóia-se na significação lingüística, mas esta não o esgota: é o texto, globalmente, que permite apreender o que o autor quer dizer (p. 8-9). Como a compreensão do enunciado repousa num conhecimento duplo — o da realidade evocada pelo enunciado e o da língua — não se trata de encontrar uma significação na língua, mas na fala; conseqüentemente, o método do tradutor não pode ser a análise lingüística, mas a explicação semântica dos textos (p. 11-4). Os dois momentos distintos da operação-tradução são esquematizados por Lederer, quando afirma que traduzir só é possível se os conhecimentos do tradutor lhe permitem, primeiramente, passar da palavra ao pensamento e, a seguir, deste novamente à palavra, sem falsear o sentido (p. 18).

Retomando a conceituação de Lederer, Seleskovitch (1973a, p. 5) situa a tradução em relação ao sentido, que é o objeto a captar e a transpor. Em vista disso, o que importa na tradução é a fala, pois o enunciado lingüístico corresponde à vontade do autor de comunicar um sentido. Ao contrário da lingüística estrutural que não aborda o estudo do sentido, Chomsky representa um passo em frente, mas, segundo Seleskovitch, também se restringe ao estudo da língua (1973b, p. 106-8).

Outros autores exprimem pontos de vista parecidos com os precedentes: segundo Fourquet (1972, p. 64), o tradutor faz uma exegese exaustiva para chegar ao sentido e comunicar este sentido na língua-alvo; para Zemb (1972, p. 85), a universalidade do sentido e a relatividade dos sistemas de expressão tornam a tradução possível e necessária.

Vai mais longe Lederer (1976, p. 39-41) quando considera que tradução não é propriamente uma transcodificação: "a transcodificação é um contato entre duas línguas; a tradução, quando se está suficientemente certo acerca do sentido para se apoiar só sobre ele a fim de fazer compreender o original, é um contato direto entre um conteúdo semântico e uma só forma lingüística. A tradução clara segue o modelo da **comunicação unilingüe**". Diz o mesmo autor que nada é intraduzível e que os problemas de intraduzibilidade foram levantados pela comparação dos signos lingüísticos fora do discurso, fora da fala. Eles deixam de existir ao nível da comunicação, isto é, "quando o único objeto da tradução é fazer compreender a seus destinatários o conteúdo da mensagem que lhes é dirigida". No centro da operação da tradução está o pensamento a transmitir. A tradução que procede de uma idéia é não somente meio de comunicação, mas ainda, "graças à dupla luz

lançada pela expressão das mesmas idéias em duas línguas, o modelo do discurso que permite analisar as relações entre o pensamento e a palavra".

Em suma, se se tomar como centro da operação da tradução a decodificação e recodificação de um pensamento, de uma mensagem informativa, os problemas a nível de expressão lingüística têm menos peso, são minimizados. Pois, como afirma Seleskovitch (1976, p. 81), qualquer teoria da tradução "postula que toda língua possui a capacidade de dizer claramente o que é claramente concebido, de modo que afasta como não-pertinente o problema da ausência de equivalências no plano dos significados".

6. A equivalência de sentido, condicionada por outros aspectos

Os autores que acabam de ser citados propõem, como se pode facilmente verificar, um esquema teoricamente simples da operação de tradução. No entanto, em seus trabalhos não está definida, de maneira sistemática, a natureza do duplo processo de decodificação e recodificação a nível de mensagem, nem qual é sua relação precisa com o nível da expressão. O que parece fora de dúvida é que um tal conceito se aplica à tradução de textos informativos, técnicos, denotativos; não será aplicável à tradução de textos conotativos ou poéticos.

Por um lado, aqueles pontos de vista encontram respaldo nas pesquisas de Nida & Taber, não só quanto à possibilidade geral da tradução, como também quanto à importância primordial da mensagem. Com efeito, para Nida & Taber, "tudo o que pode ser dito numa língua pode sê-lo em outra, salvo se a própria forma for um elemento essencial da mensagem" (1974, p. 4). Reconhecem esses autores a função da forma, como subserviente do conteúdo: "Para preservar o conteúdo da mensagem, a forma deve ser alterada" (p. 5), pois, "para comunicar efetivamente, deve-se respeitar o gênio de cada língua" (p. 4).

Por outro lado, esses dois autores distanciam-se dos anteriores, porque a tradução se lhes afigura como um processo bem mais complexo do que para aqueles. Enquanto Lederer chega a ver na tradução um modelo de comunicação unilingüe, Nida (1964, p. 146) descreve a complexidade do processo da seguinte maneira:

"Em contraste com o modelo relativamente simples da comunicação unilingüe, a atividade do tradutor é obviamente complexa (...). (...) a mensagem na língua A é decodificada pelo

receptor para uma forma diferente na própria língua A. Depois, é transformada por um 'mecanismo de transferência' para a língua B; e então o tradutor se torna fonte para a codificação da mensagem na língua B. Se compreendêssemos mais precisamente o que ocorre neste mecanismo, estaríamos melhor situados para apontar as dificuldades que as pessoas têm para interpretar de uma língua para outra. De uma coisa, entretanto, estamos certos: que o tradutor não precisa apenas descobrir os símbolos correspondentes com os quais comunica a mensagem na língua B, mas precisa também organizar estes símbolos na forma exigida pela língua B. Basicamente, podemos descrever a tradução como um processo no qual o conceito é transferido, talvez numa forma essencialmente 'nuclear', e então gera-se o enunciado correspondente na língua B."

Nida afirma ainda ser provável que a mensagem da língua A seja decodificada num conceito, e que este conceito depois dê a base para a geração de um enunciado na língua B, esquema já descrito pelos autores citados na seção anterior.

A definição de Nida & Taber, transcrita na seção 3, apóia-se na distinção de estrutura de superfície e estrutura profunda, esta última identificada com a estrutura semântica.

Segundo Taber (1972, p. 55), as estruturas profundas, semânticas, são significativas, conscientes, e assemelham-se nas diferentes línguas; ao passo que as estruturas de superfície são bastante diferentes de uma língua para outra e produzidas mais ou menos automaticamente. Esses dois aspectos explicam a preocupação de Nida & Taber pelo duplo aspecto: tradução do sentido e tradução do estilo.

Para a tradução do sentido, é necessário, preliminarmente, pesquisar o sentido global, através da identificação da significação das estruturas e da significação das unidades. Como base para esta operação, os autores propõem as categorias semânticas (objetos, acontecimentos, abstrações), em lugar das categorias de palavras gramaticais (substantivo, verbo, adjetivo, advérbio). Muitas vezes, em diferentes línguas, essas unidades não se recobrem, e aí reside a vantagem das categorias semânticas. Segue a análise dos componentes semânticos dos termos, para encontrar os elementos essenciais. O método consiste em analisar conjuntos de termos de sentido similar, através da semelhança de sentidos: primeiro, verificam-se os componentes comuns, depois os componentes distintivos e, enfim, os componentes suplementares (Taber, 1972, p. 57-61).

Depois da análise semântica, a operação consiste em transportar toda essa bagagem para a língua-alvo, com o mínimo de perdas. Ao nível de expressão, há o que os autores

chamam de "estilo". Quanto a este aspecto, o tradutor deve procurar a adaptação ao uso idiomático da língua-alvo e a fidelidade aos valores estilísticos do original. O estilo é ligado, por um lado, à estrutura semântica e, por outro, à estrutura de superfície. Nas opções que o tradutor necessariamente deverá fazer, há duas linhas possíveis a seguir: ou recriar na língua-alvo as particularidades da língua-fonte, ou substituir na língua-alvo os traços estilísticos da língua-fonte pelos traços estilísticos da língua-alvo (Taber, 1972, p. 61-3).

Nida & Taber (1974, p. 22-3) consideram o primeiro caso como de equivalência formal, e o segundo, de equivalência dinâmica. Outrora, dava-se a primazia à equivalência formal, estilística; mas hoje, os autores preconizam o primado da equivalência dinâmica: a preocupação com o aspecto idiomático da língua-alvo está em função do receptor da tradução, e pode ser mesmo uma forma de preservar a invariância do sentido.

Chega-se, assim, a um conceito de tradução bastante complexo, em que a função primeira desta operação — a equivalência de sentido — parece condicionada por fatores outros. Para assegurar a invariância da mensagem com vistas ao destinatário da tradução, o tradutor deverá levar em conta o aspecto idiomático, principalmente da língua-alvo, as diferenças culturais entre os povos das duas línguas e os aspectos estilísticos, estes já apontados por Martinet, Vinay & Darbelnet, Nida & Taber, e muitos outros.

Retomando a noção de **elementos de sentido**, como sinónima de **unidades de sentido**, **unidades semânticas**, **unidades de pensamento**, **unidades de tradução**, em seu artigo **Níveis da tradução**, Darbelnet (1977, p. 7) procura dar conta desse condicionamento do sentido em relação a outros fatores, propondo a seguinte definição:

"A tradução é uma operação que consiste em fazer passar de uma língua para outra todos os elementos de sentido de um texto, e apenas esses elementos de sentido, de modo que conservem na língua-alvo sua importância relativa bem como sua tonalidade, levando em conta as diferenças que entre si apresentam as culturas às quais correspondem, respectivamente, a língua-fonte e a língua-alvo."

Poder-se-ia discutir se estes conceitos, que apontam a complexidade da operação de tradução, não são válidos para todo ato de comunicação lingüística. Tanto numa situação quanto noutra, a transmissão e compreensão da mensagem, daquilo que o emissor pretende dizer, é condicionada por fatores variados, cujo estudo a lingüística está longe de haver esgotado: a percepção, a idade, o sexo, o nível cultural, o co-

nhecimento da língua, o conhecimento da realidade expressa pelos enunciados, a informação implícita requerida para a captação da informação explícita, entre outros.

Considerando-se a variedade de tipos de textos, desde os que são meramente informativos até os textos literários e poéticos, é lógico que uma única concepção, precisa e operacional, de tradução ainda não pode ser estabelecida com aplicabilidade universal. Quanto mais nos afastamos da informação objetiva para abordarmos o terreno em que predomina o valor da forma e do estilo, mais complexo se torna o processo. Segundo a teoria literária, não se pode negar que os valores formais e estilísticos integrem o sentido de textos literários e poéticos.

Os autores estão divididos, por exemplo, quanto à traduzibilidade da poesia: de um lado, domina a idéia de que poesia — por não ser dado cognitivo — é absolutamente intraduzível; de outro lado, afirma-se que tudo é traduzível, desde que seja comparável o nível cultural dos povos que falam as respectivas línguas, e desde que a própria forma lingüística não seja o conteúdo da mensagem.

Entretanto, neste ponto os conceitos variam e os estudiosos deverão precisar com maior clareza e pertinência certos conceitos específicos — a partir do conceito de tradução propriamente dita — que dêem conta de atividades tais como: a paráfrase, a variante, a vulgarização, a adaptação, a recriação. Os conceitos de tradução literária e poética que se lêem nos autores especialistas extrapolam a conceituação de tradução tal como foi explorada neste artigo; naquele tipo de atividade, trata-se de verdadeira recriação, segundo afirmou Guimarães Rosa ao tradutor italiano de sua obra: "a invenção e criação devem ser constantes" (apud Theodor, 1976, p. 116).

7. Conclusões

Com base nos aspectos até aqui discutidos e nas análises das diferentes posições dos autores citados, podem ser delineadas algumas conclusões:

7.1. Não existe unanimidade quanto à conceituação de tradução. Entretanto, a pesquisa demonstra que se verifica uma busca real e consciente de teorização e conceitos científicos, fundamentados em análises rigorosas do ato de tradução; desta forma, não se aceitam mais, hoje, os postulados dos que qualificam a tradução unicamente em termos vagos, não descritíveis, de "arte".

7.2. O conceito básico, expresso praticamente pela unanimidade dos autores, é que a tradução tem por objetivo transmitir o conteúdo de um texto para outra língua, assegurando a equivalência de sentido. Pode-se concluir que, se não há equivalência de sentido, não há tradução.

7.3. Parecem, pois, superadas as conceituações que dão como objeto da transferência a própria língua, o próprio texto considerado do ponto de vista formal, estrutural, isto é, a equivalência formal do material textual.

7.4. Para certos autores, todos os textos são traduzíveis, visto tratar-se de um processo relacionado, por um lado, com a universalidade do pensamento e, por outro, com a capacidade que reconhecem em todas as línguas de exprimir qualquer pensamento claramente concebido. Neste sentido, a tradução é descrita em dois momentos distintos: a decodificação do texto A, que se torna pensamento, e a recodificação num texto B, quando o pensamento volta a tornar-se palavra. Esse esquema implica uma valorização muito grande da primeira fase: a exegese semântica do texto.

7.5. Para outros autores, a tradução envolve um processo bem mais complexo, com mais limitações do que possibilidades de êxito. A equivalência de sentido, na tradução, é condicionada, acima de tudo, pelas diferenças dos sistemas lingüísticos e culturais entre diferentes povos. As soluções e metodologias propostas por estes autores se baseiam na comparação dos sistemas lingüísticos e culturais e na busca dos equivalentes formais, idiomáticos, a nível léxico-morfossintático.

7.6. Uma dicotomia ressalta do princípio, por todos aceito, de que tradução é, essencialmente, "equivalência de sentido". Não se encontram dados suficientes nos autores para se conceituar, com precisão, o que é "sentido": na definição de alguns deles, parece tratar-se unicamente de informação, mensagem informativa, dados cognitivos, conteúdo denotativo; em outros, o conceito envolve também, implícita ou explicitamente, valores expressivos, conotativos e estilísticos.

7.7. Quanto mais os textos se descaracterizam como tipo informativo/denotativo/cognitivo, mais complexo se torna o processo de sua tradução, devido aos diferentes níveis que estão envolvidos: um nível semântico, ao mesmo tempo denotativo e conotativo e níveis predominantemente formais e estilísticos. Isso sugere ser pertinente conceituar, com maior precisão, a distinção entre tradução propriamente dita e atividade tais como a adaptação e, principalmente, a recriação artística.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 8.1. CARY, Edmond. *La traduction dans le monde moderne*. Genève, Georg, 1956.
- 8.2. CATFORD, J. C. *Una teoria lingüística de la traducción*. Venezuela, Universidad Central de Venezuela, 1970.
- 8.3. COHEN, Jean. *Estrutura da linguagem poética*. São Paulo, Cultrix, Ed. da Universidade de São Paulo, 1974.
- 8.4. DARBELNET, Jean. *Niveaux de la traduction*. *Babel*. Budapest, Akadémiai Kiadó, 23 (1): 6-17, 1977.
- 8.5. FOURQUET, Jean. *La traduction vue d'une théorie du langage*. *Langages*. Paris, Didier, Larousse, 7 (28): 64-9, dez. 1972.
- 8.6. JAKOBSON, Roman. *Lingüística e comunicação*, 9. ed. São Paulo, Cultrix, 1977.
- 8.7. LADMIRAL, Jean-René. *Introduction*. *Langages*. Paris, Didier, Larousse, 7 (28): 3-7, dez. 1972.
- 8.8. LEDERER, Marianne. *La traduction: transcoder ou réexprimer? Etudes de linguistique appliquée*. Paris, Didier, Nouvelle série (12): 7-25, out./dez. 1973.
- 8.9. ———. *Synecdoque et traduction*. *Etudes de linguistique appliquée*. Paris, Didier, Nouvelle série (24): 13-41, out./dez. 1976.
- 8.10. MARTINET, André. *Conceitos fundamentais da lingüística*. Lisboa, Preença, 1976.
- 8.11. MOSKOWITZ, Daniel. *Le traducteur: récepteur et destinataire du message*. *Etudes de linguistique appliquée*. Paris, Didier, Nouvelle série (12): 71-84, out./dez. 1973.
- 8.12. MOUNIN, Georges. *Les problèmes théoriques de la traduction*. Paris, Gallimard, 1963.
- 8.13. NIDA, Eugene A. *Toward a science of translating*. Leiden, Brill, 1964.
- 8.14. ——— & TABER, Charles R. *The theory and practice of translation*. Leiden, Brill, 1974.

- 8.15. PERGNIER, Maurice. Traduction et théorie linguistique. *Etudes de linguistique appliquée*. Paris, Didier, Nouvelle série (12): 26-38, out./dez. 1973.
- 8.16. RÓNAI, Paulo. *A tradução vivida*. Rio de Janeiro, Educom, 1976.
- 8.17. SELESKOVITCH, Danica. *L'interprète dans les conférences internationales*. Paris, Minard, 1968.
- 8.18. ———. Introduction. *Etudes de linguistique appliquée*. Paris, Didier, Nouvelle série (12): 5-6, out./dez. 1973a.
- 8.19. ———. Vision du monde et traduction. *Etudes de linguistique appliquée*. Paris, Didier, Nouvelle série (12): 105-9, out./dez. 1973b.
- 8.20. ———. Traduire: de l'expérience aux concepts. *Etudes de linguistique appliquée*. Paris, Didier, Nouvelle série (24): 64-91, out./dez. 1976.
- 8.21. TABER, Charles R. Traduire le sens, traduire le style. *Langages*. Paris, Didier, Larousse, 7 (28): 55-63, dez. 1972.
- 8.22. THEODOR, Erwin. *Tradução, ofício e arte*. São Paulo, Cultrix, Ed. da Universidade de São Paulo, 1976.
- 8.23. VINAY, J. - P. La traduction humaine. In: MARTINET, André (ed.). *Le langage*. Paris, Gallimard, 1968. p. 729-57.
- 8.24. ——— & DARBELNET, J. *La stylistique comparée du français et de l'anglais*. ed. rev. corr. Paris, Didier, 1972.
- 8.25. ZEMB, Jean-Marie. Le même et l'autre: les deux sources de la traduction. *Langages*. Paris, Didier, Larousse, 7 (28): 85-102, dez. 1972.